



II FÓRUM SOCIAL MUNDIAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Outra economia acontece

Introdução: O por quê destes documentos?

Seja bem-vinda/o ao FSM de EcoSol! Estes são documentos orientadores que tem como objetivo provocar reflexões sobre os aspectos que consideramos importantes em cada um dos temas que trabalharemos no Fórum. É importante ressaltar que com eles não pretendemos esgotar o debate em torno a esses temas, nem temos a pretensão de que os caminhos desenhados sejam consensos.

As definições destes eixos se deram coletivamente a partir de uma análise do contexto, e das necessidades das redes e organizações que compõem esta comissão organizadora com relação ao FSM. Um aspecto importante para a eleição dos mesmos é que os consideramos transversais às experiências e dimensões da economia solidária, ou seja, que desde os empreendimentos, coletivos e redes, desde cada experiência em particular devemos refletir sobre como podemos fortalecer os três eixos e como os estes deverão fortalecer nosso trabalho.

Também devemos levar em consideração que os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos impregnam os três eixos.

É com base nestes documentos que orientaremos os debates dentro do FSM de EcoSol, e por isso que é importante sua leitura prévia ao evento, preferencialmente lhe convidamos a compartilhá-lo dentro das suas redes, coletivos, empreendimentos para somar contribuições, reflexões, desacordos e consensos que apresentamos ao debate.

Boa leitura e reflexão e um ótimo II Fórum Social Mundial de Economia Solidária.

II Fórum Social Mundial de Economia Solidária

Objetivo geral:

O II Fórum Social Mundial de EcoSol tem o objetivo de afirmar a Economia Solidária no âmbito mundial como uma estratégia de desenvolvimento, promover e difundir esta prática solidária, sustentável, autogestionária, popular e coletiva, integrando democracia política, econômica, social e ambiental com enfoque de gênero e diversidade cultural, articulando com

organizações sociais e solidárias, com a certeza de que outra economia já acontece.

Os objetivos específicos deste grande Encontro Mundial são:

- Dar visibilidade e afirmar conceitos, princípios e práticas da Economia Solidária no mundo, para a sociedade civil e outros movimentos sociais;
- Difundir a Economia Solidária como expressão do bem viver;
- Proporcionar espaços de formação e reflexão aos participantes do Fórum Social Mundial de Economia Solidária, através da construção coletiva de saberes sobre Economia Solidária: conceitos, princípios e práticas;
- Fortalecer as organizações da Economia Solidária e as redes das quais participam no âmbito local, nacional, regional e mundial.
- Afirmar a radicalidade da Economia Solidária como projeto político que se contrapõe ao capitalismo;
- Promover a integração e a articulação com outros movimentos sociais;
- Refletir sobre a crise mundial nos diferentes continentes em relação aos aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais, religiosos, com ênfase nos contextos nacionais dos países mais afetados;
- Promover o debate crítico, com base nas dificuldades, avanços e desafios enfrentados no cotidiano por aquelas e aqueles que constroem o movimento da Economia Solidária;
- Construir propostas de incidência frente aos Estados Nacionais e instâncias regionais de governo para o avanço da Economia Solidária.

**NOS ENCONTRAMOS EM SANTA MARIA
COM MUITA ALEGRIA E FORÇA PARA CONTINUAR
NA CONSTRUÇÃO DESTA OUTRA ECONOMIA**

MARCOS LEGAIS PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Índice:

- *Uma aproximação: o que entendemos por Economia Solidária*
- *A Economia Solidária e o Estado*
- *Políticas Públicas e Economia Solidária*
- *Processos para a construção de leis para a Economia Solidária*
- *Algumas considerações finais e perguntas para os debates*

A - Uma aproximação: o que entendemos por Economia Solidária

A Economia Solidária institui uma novidade que não se estabelece com os mesmos parâmetros do modelo capitalista, mas sim como algo que inverte a ordem das coisas. Este novo modelo de mercado está determinado pelas necessidades dos sujeitos coletivos e individuais e pelo papel do Estado, que se transforma em regulador das relações entre os diferentes atores do território, promovendo e beneficiando o fortalecimento da comunidade.

Trata-se de um movimento socioeconômico baseado em valores e princípios orientados para a construção de uma economia centrada nas pessoas, seu desenvolvimento integral e o fomento de práticas de cooperação e solidariedade em suas comunidades.

A Economia Solidária promove a dignidade das pessoas mediante o trabalho, levando em consideração as dimensões econômicas, socioculturais, políticas e ambientais. Seus frutos são os resultados de decisões democráticas e participativas sobre as modalidades de produção, distribuição e comercialização dos bens e serviços produzidos para a satisfação das necessidades coletivas e individuais.

A partir disto podemos expressar três ideias:

1. *Como movimento de Economia Solidária nos propomos a construir outra economia - outra economia que já acontece - uma economia diferente à economia hegemônica do sistema capitalista;*
2. *Construir outra economia requer construir outro Estado, outra institucionalidade, outra "estatalidade", porque o Estado e o sistema de direito que temos, é o estado e o sistema de direito do capitalismo;*

3. *A consecução de novos reconhecimentos e direitos, novas institucionalidades e “estatalidades”, se dará sempre através da organização popular e luta social.*

A construção de um marco legal da Economia Solidária significa também uma discussão sobre qual é o modelo de Estado que temos e qual é o que queremos ou que precisamos para a construção de um novo modelo de sociedade, de mercado e de economia.

Por outro lado, pode-se dizer que a Economia Solidária no mundo ganha cada vez mais espaço nas agendas dos governos assim como também as iniciativas de leis, tendo cada vez maior relevância nos diferentes lugares do mundo. Isto se deve, entendemos, ao surgimento e reconhecimento de várias experiências da Economia Solidária que se destacam por sua proposta de construção de outro modelo de desenvolvimento centrado na autogestão, na cooperação e no reconhecimento do saber local.

Por que devemos lutar por um marco legal? O marco legal é a institucionalização de um determinado assunto no corpo das leis de um país. Neste sentido, o marco legal da Economia Solidária implica a institucionalização e reconhecimento da Economia Solidária para o Estado. Dito isto, há também uma necessidade de fortalecimento do conceito de Economia Solidária do ponto de vista jurídico e legal, para que o Estado em suas diferentes esferas possa reconhecê-la como um direito e avançar na consolidação das políticas públicas, reconhecendo assim nossas práticas e dinâmicas jurídica e legalmente. Esta é uma luta difícil e complexa, pois implica modificar e transformar o Estado na sua relação com a sociedade e com o capital.

Ainda assim, entendemos que o capitalismo não é só um modo de produção, mas sim um modo de organizar a economia. Em nossas sociedades, o capitalismo é um sistema que organiza a vida social no seu conjunto. Mas o que isto implica?

Na construção e definição do Estado, este foi pautado e determinado em uma relação particular com o mercado, onde as diretrizes e as leis do sistema baseadas na acumulação e no lucro, resultam determinantes para a relação que se estabelece entre o Estado e a Sociedade Civil; o Mercado é quem determina as regras e acaba sendo o mais poderoso desta equação.

O Estado, tal e como o conhecemos nas sociedades modernas ocidentais, nasce junto com o capitalismo e *é o estado do capitalismo*: assim, por um lado o Estado é garantidor de igualdade no direito cidadão: “todos somos iguais perante a lei”; mas por outro lado o Estado é também garantidor das desigualdades nas relações sociais de produção (a propriedade privada dos meios de produção faz com que existam pessoas que, para reproduzir sua vida, se veem obrigadas a vender sua força de trabalho – trabalhadoras e trabalhadores – enquanto aqueles que são capitalistas, que possuem o capital, terra e oportunidades vivem da exploração do trabalho alheio).

Então, desde a origem do capitalismo e da Economia Solidária as trabalhadoras e

trabalhadores se organizam e resistem: seja para melhorar suas condições de trabalho, seja para organizar-se de forma autônoma autogerida (autogerir o modo de organizar o processo de trabalho em vez de que seja organizado pelo capital). A longa história de organização e luta das trabalhadoras e trabalhadores nos mostra que a conquista de novas institucionalidades e de novos direitos, em nenhum caso foram concessões gratuitas do capital, mas sim motivadas pela luta social.

O marco legal da Economia Solidária é importante pois pode se constituir em uma ferramenta para transformar o Estado a partir do seu reconhecimento, sendo este capaz de dar conta de outra forma de fazer economia, que proponha outro modelo de desenvolvimento pautado em relações horizontais e que deve ser apoiado.

B – A Economia Solidária e o Estado

A luta pelo marco legal da Economia Solidária transcende os âmbitos dos estados nacionais. Como foi dito, todo o debate acerca da Economia Solidária no âmbito nacional e global passa, necessariamente, por discutir *que Estado temos e que Estado queremos*.

Resulta claro que o Estado dominante atualmente está marcado por uma hegemonia do pensamento capitalista, sendo altamente hierarquizado, excludente na prestação dos seus serviços e concessão de direitos, sem considerar a participação da sociedade nas suas decisões. As linhas de debate sobre a reforma dos Estados Nacionais vão sendo reduzidos, assim como a possibilidade de incidência dos diferentes Movimentos Sociais na agenda pública. Isto não pode deixar de se vincular com a organização do próprio movimento da Economia Solidária. Deve-se atender a força do próprio movimento, a sua capacidade de mobilização e de diálogo com o resto da sociedade civil, para depois considerar a responsabilidade do Estado e dos governos na satisfação de suas demandas.

A necessidade de fortalecer os vínculos e a construção de consensos com os diferentes movimentos sociais é fundamental e estratégico para alcançar mudanças que transformem os históricos vínculos entre Estado, Mercado e Sociedade Civil em contextos locais, regionais e globais.

C - Políticas Públicas e Economia Solidária

Sabemos que em alguns países (lamentavelmente em poucos) se criam políticas para apoiar as iniciativas no campo da Economia Solidária. Mesmo sendo um avanço significativo, sabemos que não é suficiente, pois não existe uma institucionalização destas políticas que vá além de um governo pontual. O Estado na maioria dos casos não consegue apoiar devidamente as iniciativas existentes, pela dificuldade de reconhecê-las nas suas particularidades, evidenciando assim uma situação de fragilidade na própria ação pública, já que não existe perspectiva de continuidade. Fica

evidente que é indispensável a implementação de ações de caráter estrutural para a institucionalização do citado apoio governamental. Esta percepção também se sustenta no fato de que as políticas públicas de Economia Solidária não possuem um volume de recursos adequado às suas necessidades, e, em muitos casos, se situam em áreas do governo que não correspondem a uma proposta transformadora, ficando reduzidas à geração de emprego e renda ou ainda integradas à áreas especificamente ligadas às micro e pequenas empresas (MEI).

Situar desta forma a Economia Solidária demonstra o que consideramos uma tendência de cooptação do movimento deixando-o mais próximo da lógica capitalista através de uma má interpretação de sua proposta real. Implicando, desta forma, o favorecimento de um modelo de negócios que não subverte a lógica da relação “patrão-empregado”, em detrimento do trabalho associado e autogestionário.

Além disso, as novas dinâmicas do capitalismo criam outras iniciativas como a “Responsabilidade Social Empresarial”, que não se situa no campo da Economia Solidária nem tampouco como empresarial, mas que evidentemente não se compromete com as lutas de transformação social e econômica, e que em outros países vem gerando um novo status jurídico das chamadas “Empresas Sociais”.

D – Processos para a construção de Leis da Economia Solidária

A prática nos mostra que o processo, a metodologia e a forma de construção do marco legal de e para a Economia Solidária são tão importantes como a própria lei. Isto é parte diretamente da relação entre o Movimento e o Estado.

As leis devem respeitar a cultura local e o contexto histórico da Economia Solidária em cada região e para que isto seja respeitado a sociedade deve participar ativamente em toda sua construção. Por isto é primordial democratizar a discussão do Marco Legal com metodologias participativas e uma linguagem acessível, no marco de um processo de decisão democrático.

Para a aprovação das diversas leis que compõem o marco legal da Economia Solidária e o êxito deste caminho, deve existir uma integração entre Poder Executivo, Poder Legislativo, movimento da Economia Solidária e outros movimentos sociais. Esta relação não implica somente a aprovação do marco legal, pois deve acontecer ao mesmo tempo a institucionalização nos espaços de diálogo e intercâmbio dentro desta perspectiva de integração, para a construção de outro modelo de desenvolvimento. Estes espaços institucionalizados pelo Estado devem promover o controle social e de deliberação sobre as políticas públicas de Economia Solidária.

Esta aproximação e construção com a sociedade civil tanto do marco legal como das políticas públicas é muito importante para que o Estado não esvazie a Economia Solidária com normativas e regulamentações que descaracterizem o objetivo das iniciativas econômicas solidárias.

Considera-se, desde as experiências dentro do movimento dos trabalhadores da economia solidária, que o Estado deve manter a autonomia e a criatividade das manifestações sociais sem incorporá-las dentro de suas normas e vícios. Neste caso o Estado é quem deve adequar-se às realidades de sua população e dos empreendimentos de Economia Solidária e não ao contrário.

É importante ressaltar que o marco legal para a Economia Solidária não se constitui apenas por leis específicas, que tenham em seu título a expressão Economia Solidária, é necessário que reconheçam suas práticas e interajam com suas propostas de desenvolvimento. Existem já algumas normas que afetam e/ou dialogam no dia a dia com as diversas práticas econômicas solidárias e que resultam igualmente importantes para o desenvolvimento destas experiências.

Um debate no qual avançou-se pouco dentro do Movimento, é sua relação com as leis do Cooperativismo. Este debate surge quando nos questionamos sobre as formas de organização e formalização de uma iniciativa da Economia Solidária. Em algumas regiões do mundo existem dúvidas acerca de que se as leis do Cooperativismo ou se o próprio princípio cooperativista conseguem expressar a forma de organização e atuação de um empreendimento econômico solidário ou se faz-se necessário um modelo de reconhecimento próprio. Esta discussão, acreditamos que não deve protelar-se, nem cair em reducionismos que produzam uma polarização extrema incapaz de reconhecer matizes, experiências e expressões particulares. Pode ser a origem de futuros debates e reflexões.

A crise - política, social, econômica e cultural – que trouxe a implementação das políticas neoliberais na América Latina desde a metade dos anos 70, emergiu em uma série de rebeliões que se desataram em todo o continente, como um grito de “basta” à longa noite neoliberal. Neste processo, o protagonismo ganhado pelos novos movimentos sociais e políticos, abriu uma nova etapa política no continente, processo de mudança ainda não acabado, como se sabe, e que acarreta rupturas mas também algumas continuidades.

O surgimento da Economia Solidária nos discursos e na prática política, no contexto destes últimos anos é um fato central para a análise deste eixo de reflexão.

Assim vemos que alguns países em diferentes pontos do globo, já contam com suas leis nacionais de Economia Solidária, marcos normativos estaduais e/ou municipais, onde reconhecem suas iniciativas e o trabalho coletivo. Estas leis foram construídas através de longos processos de luta, muitas vezes no seio de Estados e governos considerados progressistas, tentando promover nesta região outra forma de desenvolvimento. Nestes países as normas e leis, tem vindo acompanhadas com espaços na estrutura própria do Estado, podendo reconhecer diferentes níveis de incidência (mais ou menos significativa). Mas talvez o mais importante é que as mesmas não somente reconhecem a Economia Solidária, mas também denotam uma determinada forma de apoio dos governos, nas suas distintas esferas, para estas experiências.

Existem também países nos quais, mesmo não existindo uma lei de Economia Solidária, se reconhece um modelo econômico plural, considerando a importância do trabalho coletivo. Também se podem citar diferentes países que estão em processo de construção para suas leis, discutindo desde a própria organização do Movimento e em diálogo com outros, as instâncias promotoras da Economia Solidária, a destinação específica de recursos e denunciando aqueles obstáculos – muitas vezes também normativos – que “estrangulam” as experiências econômicas solidárias e impedem seu desenvolvimento.

Sabemos que ainda existem muitos países que não contam com uma lei que aborde integralmente a Economia Social e Solidária, entretanto as experiências variadas em termos de leis, políticas públicas e programas já seja no âmbito local, regional e nacional vinculados, dão conta de um crescimento do processo qualitativo e quantitativamente em diferentes pontos do planeta.

E – Algumas considerações finais e perguntas para debater

Uma primeira conclusão deve ser que as estratégias para alcançar marcos legais em conformidade com as práticas da Economia Solidária, devem ir necessariamente de mãos dadas com a problematização sobre como fortalecer nossa capacidade de organização, mobilização e de luta. Como vemos o presente do nosso Movimento em relação com a luta por nosso próprio marco legal para a Economia Solidária?

Entendemos que as leis são fruto da articulação e o trabalho possível entre o Movimento Social da Economia Solidária com outros movimentos do campo social, com legisladores/parlamentares, gestores públicos que tenham compromisso e vontade de fomentar outro modelo de desenvolvimento alternativo. Também devemos avançar em estreitar as relações com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), demandando a elaboração e proposição de ações e regulamentos no âmbito do direito internacional público e social, tendentes a exigir aos governos a adoção de medidas que promovam e fomentem o cooperativismo e outras formas de economia popular e solidária.

Faz-se então imperativo, como já se disse, fortalecer e estreitar esses vínculos e articulações em prol das mudanças que esperamos. Se isto é assim, que ações resultam necessárias para esta aproximação? Quais são os consensos prévios, já alcançados e quais faltam por definir?

Sabemos também que a luta por estas leis não se esgotam em si mesmas. Que as mobilizações devem ser constantes para que elas sejam cumpridas e para buscar permanentes melhorias e atualizações das mesmas, de acordo com os desafios da época e com os contextos. E nesta tarefa de fiscais desses processos, o próprio Movimento da Economia Solidária é responsável ativo e competente. Qual é o papel que o Movimento tem como desafio nos contextos nos quais já se avançou nos processos de construção de leis para a Economia Solidária?

Finalmente podemos dizer que a construção deste marco será também a busca pela definição sobre o que é um empreendimento econômico solidário, tanto em instrumentos normativos gerais, quanto em normas mais específicas. Isto resulta fundamental para alcançar critérios melhor definidos acerca do que constitui a Economia Solidária, quais são seus alcances e potencialidades. Também pode ser a oportunidade de romper com certas limitações postas pelas normativas vigentes nos países, garantindo a promoção e a proteção dos empreendimentos da Economia Solidária.

Uma definição ampla, mas certa, uma construção que seja capaz de agregar a experiência de luta dos diferentes atores do Movimento, que permita delimitar ao mesmo tempo o perfil político transformador, é fundamental para poder posicionar a Economia Solidária como verdadeira proposta de transformação de nossas sociedades. E não por considerá-la um acumulado de estratégias para a sobrevivência dos setores populares e postergados, mas sim como projeto político que já está acontecendo em todo o mundo.

O CONSUMO RESPONSÁVEL

Solidário, Crítico, Ético

Índice

- Introdução
- O consumo
- A era do consumismo
- Consumo responsável
- Consumo desde do ponto de vista crítico, ético, solidário...
- Algumas perguntas que ficam abertas.

A - Introdução

Esta segunda edição do Fórum Social Mundial de Economia Solidária, nos propõe debater e refletir sobre três eixos apresentados na introdução deste documento.

Nesta oportunidade trabalharemos O CONSUMO RESPONSÁVEL, sobre o qual fazemos algumas perguntas e afirmações, esperando que estas sejam enriquecidas e corrigidas pelas reflexões, pelos debates e pelas trocas em cada uma das comunidades, redes e espaços de participação com a certeza de que essa outra economia se constrói com todas e todos.

O que apresentamos aqui tem apenas a intenção de gerar intercâmbios e contribuições a partir das diferentes realidades e experiências com a finalidade de crescer, fortalecer e transformar situações de injustiça, exclusão e marginalização, em que vivem milhões de pessoas, não apenas por falta de alimentação e/ou recursos, e sim pela incontrolável necessidade de acumulação, dominação e exploração de poucos às custas da grande maioria da população.

Acreditamos que sempre podemos fazer algo, por pouco que seja, entre todas e todos poderemos favorecer a mudança.

B - O Consumo

Entendemos por consumo a aquisição de bens e/ou serviços que se produzem para venda, ou seja, a compra de bens e/ou serviços de qualquer caráter.

Dentro das fases da economia, o consumo é considerado a etapa final por alguns, e como uma das fases mais importantes por outros, já que terminado o produto ou adquirido o serviço, este gera algum uso e/ou utilidade para quem o vai adquirir, o consumidor ou consumidora.

Podemos dizer que esta fase da economia é muito importante, já que se consome o que se produz e que deixamos a primeira interrogação: Quê consumimos? O consumo diz o que somos (“Somos o que consumimos”) por isso tem um papel importante na relação com o mercado, as pessoas e as organizações que fazem parte desse consumo.

O consumidor/a também esta presente nas etapas de elaboração do produto e/ou serviço, quando considera que matérias primas utiliza, onde as adquire, qual o seu processo de produção, etc.

Hoje existem muitas organizações que se dedicam à questão do consumo e à como trabalhá-lo; nesta oportunidade, queremos debater, conversar e trocar experiencias sobre o que faz e o que pensa a Economia Solidária com relação ao consumo.

C - A era do consumismo

O consumismo e o hábito que temos de adquirir, de comprar tudo aquilo que não é necessário, mas que as companhas publicitárias nos fazem crer que o são. Não importa em que quantidade, estamos nos referindo ao comportamento de cada um/uma de nós e dos coletivos.

Nesta linha podemos afirmar que a evolução do consumo experimentou uma forte aceleração a partir da segunda metade do século XX, em particular nos países mais industrializados, superando em 6 vezes o montante gasto em 1950 e o dobro do estimado de 1975.

Este processo de crescimento nos níveis representados permitiu a uma parte da população mundial ter acesso à condições de vida que pouco se poderia imaginar a princípios do século XX: habitações com serviços higiênicos, água potável e quente, calefação, além de meios de transporte e atividades recreativas para o tempo livre.

Hoje em dia, no chamado primeiro mundo, o gasto relativo ao consumo absorve 91% da receita, enquanto há quinze anos atrás não alcançava 77%, pelo que se reduziu notavelmente a quantidade de poupança da população.

Uma sociedade de consumo não é aquela na qual as pessoas simplesmente adquirem produtos, já que este intercâmbio sempre existiu e existirá. Uma sociedade consumista se caracteriza pelo consumo de produtos *supérfluos*. É um consumo de bens e serviços que não são essenciais para a vida. O produto não está relacionado com a utilidade do que se consome, mas sim com o lugar simbólico que ocupa e o que o produto oculta: sua imagem e um status social. Muitas pessoas gastam uma parte significativa de seus ingressos nestes produtos.

Somos permanentemente influenciados e enganados por propagandas que trabalham em nossos subconscientes e nos induzem a ter um comportamento de consumo que promove a manutenção das relações de poder vinculadas com o ter.

Existe outra estratégia que utilizam as empresas, que é a produção de produtos que tem

muito pouca vigência e/ou vida útil (obsolescência programada), e com pouco tempo se transformam em obsoletos gerando a necessidade de comprar novos produtos. A obsolescência programada é uma decisão das empresas produtoras que desenvolvem, fabricam e distribuem um produto que se torna obsoleto e pouco funcional num breve período de tempo, pressionando para a compra de uma nova geração de dito produto.

Nesta era do consumismo, a ética e o bem viver das pessoas ficam em segundo plano e não entram na planificação da produção.

Estas situações refletem também o aumento do percentual de população que se orienta cada vez mais ao modelo de “consumo mais do que ganho”, até chegar a situações de verdadeira quebra. Este fenômeno está se estendendo mundialmente e junto com a difusão massiva dos cartões de crédito vai se propagando muito rapidamente o problema das dívidas individuais impagáveis.

Atualmente a humanidade consome 50% mais do que a terra pode renovar (fonte: WWF – 2010). O crescimento no nível de consumo, entendido como satisfação das necessidades básicas se deu significativamente com diferentes matizes nos países do ocidente, do leste ao sul da Ásia, enquanto em outras regiões do mundo os níveis de consumo foram crescendo lentamente até não crescer nada. Na África a FAO indica que 1,5 bilhões de pessoas não têm acesso à água potável e 826 milhões de pessoas padecem de problemas de desnutrição. Nestes países a média dos níveis de consumo de alimentos se configura em mais de 60% do gasto familiar, enquanto no norte do mundo representa até há uns anos 15% do total dos gastos familiares. Esses dados se consideram necessários para entender as razões pelas quais a FAO fala de “insegurança alimentar”. Esta expressão representa a condição necessária para garantir através da produção agrícola local, das importações e – onde existem – das ajudas alimentárias, uma dieta que permita a cada pessoa ingerir diariamente as calorias necessárias segundo sua idade, sexo, etc.

A tudo isto temos que somar o que foi a geração da dívida externa global, promovida pelos organismos internacionais: Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, que criaram a necessidade dos países chamados do terceiro mundo, de solicitar empréstimos com determinadas características que favoreceriam seu crescimento e desenvolvimento, mas que mais adiante, como se demonstrou, ficaram endividados, com menor desenvolvimento e crescimento e grandes bolsas de pobreza e pobreza extrema, aplicando as políticas e soluções propostas por estes organismos (privatizações, recortes orçamentários para as políticas sociais, desregulação do mundo do trabalho, etc).

Cada vez existem menos empresas transnacionais, mas estas têm benefícios maiores que o PIB de quase 150 dos países mais pobres do planeta; as pessoas mais ricas acumulam mais que 50% dos benefícios da população mais pobre, assim, os ricos são cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, existindo cada vez mais pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza. Estas

situações se traduzem em nossas realidades quando observamos os investimentos de empresas que produzem e/ou vendem produtos que estão proibidos em outras partes do mundo, não existindo controles adequados para a proteção do meio ambiente. A desregulação trabalhista é o pão nosso de cada dia, podendo desta forma diminuir até o extremo as remunerações e a segurança dos e das trabalhadoras.

Estas situações mostradas aqui estão propostas a modo de reflexão como uma síntese, sem pretender reduzir o problema, mas é uma mostra do que está acontecendo hoje neste mundo globalizado e consumista.

Nesta perspectiva entendemos que este modelo de desenvolvimento é impossível generalizá-lo ou assumi-lo como ideal, já que precisaríamos de pelo menos 2 planetas terra para que todas e todos possamos fazer uso e usufruir do mesmo nível de desenvolvimento e consumo.

D- O consumo responsável

Entendemos que o consumismo promove a continuação de uma sociedade injusta, com exclusões, além de muito pouco fraterna e solidária, e não traz consigo felicidade, bem viver, nem justiça.

Diante destas realidades propomos pensar, refletir sobre o consumo responsável, que não necessariamente significa consumir menos, mas que a nosso entender significa pensar em cada região, país, comunidade. O quê será necessário consumir para ter vida e criar vida?

A necessidade de organizar a economia com critérios de justiça e respeito ao ser humano, aos recursos e a natureza, já não é uma questão de opinião moral ou política, mas sim um imperativo vital que nos exige a todas/os colocar de nossa parte.

O consumo é um meio que temos a nossa disposição que nos permite intervir diretamente na medula do sistema, isto pode ter uma influência muito importante para a mudança e a transformação deste modelo. Todos/as em algum momento compramos algo e este exercício nos faz também necessários/as para o sistema.

Por consumo responsável entende-se a eleição dos produtos e serviços não somente tendo em conta sua qualidade e preço, mas sobretudo, levando em consideração seu impacto ambiental e social, utilizando para tal ato, critérios de sustentabilidade, solidariedade, éticos e críticos.

Implica na eleição de consumir somente o necessário, na medida em que entendamos um consumo que seja sustentável, estaremos atentos/as a como nos influencia a publicidade na criação de necessidades supérfluas.

Faz-se urgente a mudança de nossos hábitos de consumo. Esta possibilidade não deriva precisamente de direitos particulares garantidos por lei, e sim da vontade de viver de forma responsável no cotidiano, como o trabalho, a poupança, e neste caso o consumo.

O princípio fundamental é que todos somos corresponsáveis com nossa compra, dos impactos sociais e ambientais da produção. Devemos priorizar produtos com menor impacto ambiental e reduzir o consumo dos limitados recursos naturais dos quais dispomos.

Outro aspecto não menos importante a ter em conta, é a produção: que condutas mantêm as empresas que produzem e elaboram bens e/ou serviços? Essas empresas têm em conta os direitos de seus trabalhadoras/es? Que matéria prima utilizam? Como são adquiridas essas matérias primas? Etc.

E- Consumo desde o ponto de vista crítico, ético, solidário...

Aqui vamos aprofundar alguns aspectos do consumo responsável, algumas habilidades e ações que temos que ter e pensar na hora de consumir, de adquirir bens e/ou serviços.

É necessário levantarmos algumas interrogações sobre o que se entende por **consumo crítico**, como por exemplo: Em que condições é elaborado esse produto? Esta é uma atitude permanente que devemos ter, uma conduta de seleção do que vamos comprar com base em critérios fundamentais: a história do produto (material que se usou para sua construção) e que empresa o fabricou (relação com os trabalhadores e o ambiente), desta maneira estamos condicionando a forma e o modo de produção que aprovamos e o que desaprovamos como consumidores/as.

Desde a Economia Solidária, nos perguntamos também se a empresa é autogestionária ou não, seu vínculo com a comunidade, sua forma de distribuição, etc.

Em referência a denominação do **consumo ético**, se entende com este conceito, que o ato de consumir se refere aos efeitos de satisfazer determinadas necessidades, com valores e princípios que nos fazem pensar no que vamos consumir. Se trata de distinguir entre o que é a necessidade real e aquilo que os meios de comunicação massiva, as redes sociais, entre outras, nos impõe através da propaganda.

Também o **consumo solidário** é outro aspecto que devemos ter em conta. Comprar produtos de empreendimentos próximos, que foram elaborados em iniciativas que são geridas pelos próprios empreendedores/as; que utilizam matéria prima que não degrada e que conserva o ambiente, que distribui, de acordo às necessidades de seus integrantes, que se vincula com a comunidade local, que a intermediação seja a mínima necessária: todos esses aspectos nos fazem também uma pessoa que consome solidária e responsavelmente.

Em alguns lugares, sobre tudo nos países europeus, a partir da crise, se está pensando o **consumo colaborativo** como instrumento da economia da colaboração ou economia do acesso, onde este é mais importante que a propriedade do produto. Define-se como a maneira tradicional de compartilhar, intercambiar, emprestar, alugar e presentear, só que agora se pode realizar através da tecnologia, das redes sociais, internet, etc. e em forma tradicional nas comunidades. Também

redistribuir os bens usados ou adquiridos, de onde já não se necessitam até algum lugar que sim os utilizarão é uma possibilidade. Considera-se que com o passar do tempo redistribuir pode converter-se no quinto “R” da cultura dos “R”: reduzir, reutilizar, reciclar e reparar.

F- Algumas perguntas para pensar

Para exercer o ato de consumidor/a responsável é imprescindível fazermos algumas perguntas:

- Necessitamos e elegemos o que vamos comprar?
- Quanto vai durar, quanto vamos usar, poderíamos pedir emprestado, pode-se reparar, reciclar?
- As matérias primas que se utilizaram são renováveis, recicláveis, que empresa o fabricou...?
- Em que tipo de comércio estamos comprando, o fazemos coletivamente com outras pessoas, organizações, grupos, recriando o ato consciente do consumo?
- Como podemos pensar uma inclusão a partir do consumo?
- Os empreendimentos conseguem construir novas práticas, cadeias de produção e consumo solidárias, e uma nova sociedade através destes atos?

Por último não podemos esquecer que o consumo é a base da economia: se não consumimos não produzimos, se não produzimos não distribuimos e assim sucessivamente... por tais motivos, o que está a nosso alcance é a mudança no consumo e portanto a transformação do sistema.

Algumas páginas web, das quais se extraiu parte da informação deste texto:

www.consumoresponsable.org

www.ecodes.org/actua-en-consumo-responsable/criterios-para-un-consumo-responsable

www.consumoresponsable.com

www.economiasolidaria.org

ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Índice:

- Outra economia está acontecendo: conceito e perspectiva
- A expressão da sociedade capitalista
- Uma visão desde a mulher dirigente
- Manifestação da economia solidária
- Cultura política e organizacional da construção das redes de economia solidária
- Situação das redes e empreendimentos de economia solidária
- Meios de comunicação (tradicionais e não tradicionais) na construção e no fortalecimento do movimento de economia solidária
- Articulação da economia solidária com os movimentos sociais

A - Outra economia está acontecendo: conceito e perspectiva

A economia solidária é um sistema dinâmico em construção, que aposta na forma de vida que valoriza os conhecimentos, saberes, sabedorias e espiritualidade dos povos desde sua origem, sendo o centro do desenvolvimento integral dos homens e mulheres em um marco de dignidade e reciprocidade coletiva. É uma economia política que promove um componente cultural chave enquanto uma nova forma de relacionamento entre os atores sociais e entre eles com os Estados.

Portanto, não é responsável de atender os percalços promovidos pelas falhas do mercado capitalista, não é uma economia para pessoas em situação de pobreza. Não é subsídio para pobres, não é para promover a sobrevivência, implica pelo contrário, **um novo modelo de desenvolvimento.**

O modelo desta economia implica em gerar processos de **políticas inclusivas e libertadoras** para defesa da soberania e o bem-viver dos povos, visualizando em todo momento uma posição ética política na prática pessoal e social.

Como perspectiva pleiteamos alguns pontos para levar em consideração:

- Consolidar redes de trabalhos e alianças nas comunidades nacionais e mundial.

- Valorizar a contribuição da mulher no processo da economia solidária.
- Promover o consumo consciente e solidário.
- Contribuir para a soberania alimentar.

B - A expressão da sociedade capitalista

O capitalismo em geral e sua configuração neoliberal em particular representa um modelo de civilização evidentemente insustentável. Um processo de concentração de capital, poder e riqueza em mãos de alguns poucos, faz com que existam milhões de seres humanos na miséria.

Acumulação capitalista é um processo que paralelamente ao crescimento econômico, impulsiona um modelo destrutivo, que afeta as fontes da produção de toda riqueza: **o ser humano e a natureza**. As corporações capitalistas estão orientadas a maximizar seus lucros como condição de sobrevivência, motivo pelo qual economizam recursos para participar nesta escalada de destruição.

Este modelo de sociedade, baseado na deterioração da vida digna do ser humano, converte o mesmo em um recurso descartável, que pode ser substituído sem nenhum problema e a qualquer momento. Além disso, sua essência é o individualismo e a desarticulação dos tecidos sociais dos povos, países e mundo.

Reconhecendo a importância e o valor cultural das práticas da economia solidária nos encontramos com os seguintes obstáculos:

- O modelo social e econômico neoliberal, instalado pelas grandes corporações do capital e respaldado pelos governos.
- A presença de lógicas políticas clientelistas e assistencialista utilizadas pelos governos que impedem o desenvolvimento da economia solidária.
- A globalização que aponta para o controle e manipulação dos mercados, a privatização dos meios de produção, a educação, a saúde, os recursos naturais; que geram a exploração dos seres humanos, depredação e contaminação do ambiente.
- Os meios de comunicação de massa a serviço do modelo neoliberal que promove o individualismo e o consumo inconsciente.
- Fragilidade das organizações sociais para a construção de uma massa crítica que não somente questione o modelo, mas que estabeleça propostas.

C - Uma visão desde a mulher dirigente do Centro de Artesão de Ita, Paraguai

A participação da vida econômica dos artesãos e artesãs do Paraguai se dá em diferentes espaços ainda que de forma parcial, considerando que os artesões/as tem uma oscilação em seus rendimentos, porém existem momentos muito críticos onde não há rendimentos, deteriorando a vida das famílias.

A desintegração das famílias é consequência direta da emigração (sem desconhecer que é um direito) a outro país em busca de trabalho. Por outro lado, existem camponeses que emigram do campo para a cidade em busca de trabalho, deixando sua forma de vida e cultivo. Ao abandonar sua comunidade e forma de subsistência, se instalam nas zonas periféricas da cidade e assentamentos urbanos, aumentando as populações que vivem em extrema pobreza.

Os artesões e camponeses produtores em geral, sofrem esta situação por desconhecimento dos direitos que os amparam, ademais, em sua maioria são analfabetos. Esta sociedade não oferece oportunidade para que estes se desenvolvam integralmente.

Outro elemento de atenção limitada é a valorização da cultura, tendo em conta que não existe uma política cultural no país que tenha incidência nas localidades, onde se enraízam os artesãos. Portanto, se reconhece uma ausência de capacitação e promoção da cultura popular.

D - Manifestação da economia solidária

A realidade demonstra diferentes práticas que se tem configurado em processos pedagógicos de construção da economia solidária. Exemplos destas práticas são os fundos rotativos solidários, microfinanças solidárias, organização de associações e cooperativas, feiras e centros de comercialização, agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, promoção do artesanato, soberania alimentar, desenvolvimento comunitário, trabalhadores/as de rua (catadores e recicladores de lixo) e a inclusão de diferentes segmentos sociais excluídos do mundo do trabalho assalariado e não assalariado, entre eles a economia popular.

A experiência dos continentes mostra que emergem milhares de iniciativas de todo tipo que vão abrindo caminhos para a construção de outro mundo, que constroem outros paradigmas, recriando a solidariedade e o bem-viver.

A educação popular e sua metodologia libertadora, muito presente na América Latina e no Caribe, contribui para esta construção.

Outro mundo é possível: a partir da construção de uma globalização solidária, democrática,

inclusiva e com sustentabilidade.

E - Cultura política e organizacional da construção das redes de economia solidária

A economia solidária é uma proposta política que surge a partir da própria experiência dos povos, recuperando práticas solidárias ancestrais na esfera econômica, cultural e política. Fomenta um trabalho associativo, cooperativo, comunitário, compartilhado, onde existe uma relação estreita entre o ser individual e o ser coletivo.

A construção de organizações que geram intercâmbio, articulação, aprendizado, saberes, habilidades, conhecimentos, que favoreçam o respeito ao meio ambiente, a vida coletiva e comunitária, criando e recriando propostas.

A sociedade capitalista não gera consciência crítica e é caracterizado por instalar uma cultura de competitividade sem se importar com os meios, com o objetivo de confundir e impor suas ideias a população, nesse sentido impulsiona o cultura individualista, o egoísmo, a ignorância, o consumismo, o autoritarismo, a verdade única (desconhecendo a diversidade).

F - Situação das redes e empreendimentos de economia solidária

Existem avanços qualitativos com relação a articulação das distintas experiências de economia solidária, mediante a formação de redes e promoção de empreendimentos.

As redes de economia solidária tem se formado a nível regional e mundial, em diferentes escalas, em alguns países com força e desenvolvimento notáveis e com a característica de estarem apoiados e impulsionados pelo estado; em outros, com processos mais lentos ou incipientes, porém em geral com a visão de uma economia que se centra no bem-viver e em processos coletivos está presente em todo mundo.

Nem sempre se reconhecem sob a denominação de economia solidária, ainda que suas práticas assim sejam, como ocorre em alguns países onde estes conceitos ainda são pouco assumidos pelas organizações.

Limitações:

- Lideranças ainda com práticas individualista e inorgânicas.
- Desenvolvimento organizacional das redes se debilita diante da pouca capacidade de gestão para obter recursos destinados ao seu fortalecimento.
- Existência de contradições do conceito e da prática da economia solidária.

Algumas interrogações que surgem em torno do tema:

- Que contribuições advém ao ser parte de uma rede de economia solidária? Porque?
- Como deve ser construída esta rede?

G - Meios de comunicação (tradicionais e não tradicionais) na construção e no fortalecimento do movimento de economia solidária

Neste ponto se fará a distinção entre os meios de comunicação tradicionais e não tradicionais, aqueles de alcance massivo e de alcance e incidência mais limitada, porém interessa pensar como eles se vinculam com o movimento, de que modo são postos a serviço de sua promoção, difusão e fortalecimento.

Se bem é certo que os eventos organizados pelas organizações da economia solidária tem tido repercussão nos meios tradicionais de comunicação, com coberturas mais ou menos exitosas, consideramos que estas buscam obedecer a lógicas eventuais e não a um compromisso e interesses em difundir ou promover novas economias ou formas alternativas de efetivá-las. Isto se deve, obviamente, ao fato de que os meios de comunicação são parte do sistema e se alimentam do mesmo, reproduzindo sua lógica, promovendo um modelo e discurso hegemônico. Mas ainda assim deve problematizar-se como as estratégias de nosso Movimento são capazes de marcar um estilo de comunicação que dê conta dos processos de trabalho, dos caminhos percorridos, da construção política da proposta e não somente de nossos íconos e eventos.

A esse respeito, merece atenção o tipo de tratamento que recebem nossas propostas, sobretudo desde os meios de comunicação massivos: a apresentação costuma constituir um recorte, uma seleção que, no mesmo tempo que mostra os aspectos mais comercializáveis (“o que mais vende”) para o público em geral, emascarando deliberadamente tanto o conteúdo político e contra hegemônico do projeto da Economia Solidária, como os motivos de dita opacidade.

Ainda assim, as mesmas organizações também capitalizaram outro tipo de meios, existindo programas, especialmente de rádio, que sim apostam por questões alternativas e são tolerados (até certo ponto) dentro dos meios convencionais. Existem múltiplas experiências locais e regionais neste ponto que seria interessante compartilhar para poder dimensionar as diferentes buscas que se vem realizando para seguir difundindo e dando visibilidade ao Movimento.

Existem outros meios como os boletins digitais com diversidade de modalidades e objetivos, desde o estritamente comercial até aqueles que difundem artigos de reflexão sobre temas emergentes e sobre as mesmas práticas de Economia Solidária, e que contribuem para a difusão. Entretanto, é uma realidade muitas vezes mencionada, que grande parte das bases das organizações não utilizam ou tem acesso limitado a tecnologia digital e suas comunicações. Isto motiva a buscar

formas alternativas que ao mesmo tempo permitam incluir a produtores na criação de conteúdos, sua difusão e retroalimentação das mesmas.

Também o uso de redes sociais como Facebook parece aproximar mais os setores que habitualmente não utilizam internet, entretanto não é suficiente.

Então, como os meios tradicionais e não tradicionais podem aportar ao desenvolvimento da Economia Solidária?. Que estratégias devem ser fortalecidas? Consideramos importante não enveredar a discussão sobre os pros e contras dos meios digitais tao em voga, e tao sobrestimados talvez, nestes tempos, mas sim que nosso olhar seja mais amplo para que sejam ferramentas ao serviço da necessária visibilidade que necessita a Economia Solidária. Sabemos que esta economia já está acontecendo em muitas partes do mundo, de maneira cada vez mais organizada.

Por outro lado podemos pensar que contribuições pode brindar a Economia Solidária aos meios de comunicação para o desenvolvimento de novas práticas organizativas e comunicacionais?

Como uma frente mais do Movimento, ficam perguntas e caminhos por percorrer.

H.- Articulação da Economia Solidária com os movimentos sociais

Cabe mencionar que a essência na Economia Solidária é a construção de vínculos, mediante as práticas associativas articuladas em uma instância organizativa, onde se geram conhecimento, intercâmbio de saberes, planos e projetos que buscam transformar a realidade.

Nesse sentido é importante assinalar que a pertinência a uma instância organizativa não anula em nenhum caso a individualidade das pessoas.

Existem várias experiências organizativas que apontam para a consolidação da Economia Solidária como estratégia política para el BEM VIVER das pessoas. Estas instâncias orgânicas se constituem em espaços de interação onde se geram a força necessária para gestar propostas de incidência nas políticas de Estado deixando instalado no olhar que outra economia é possível e acontece.

A organização é concebida como um meio e não um fim, sendo ferramenta que permite avançar com as conquistas, sem renunciar em nenhum instante os princípios da Economia Solidária, ainda que já se logrou institucionalizar a proposta. Uma vez instituída a luta se situa em outro nível, mas nenhum momento se baixa a guarda.

O conjunto das organizações se constituem no movimento da grande massa da Economia Solidária que vai construindo caminhos onde vários vão andando a ao mesmo tempos criando propostas para outros seguirem o caminho. Os movimentos de Economia Solidária devem necessariamente se articular com outros movimentos sociais, no marco do respeito à diversidade, que talvez não tenham a consigna da Economia Solidária mas sua luta se orienta em direção a transformação do sistema econômico injusto e inumano.